

**NADIA DE ARAUJO**

# **DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO**

**TEORIA E PRÁTICA BRASILEIRA**

**9ª edição**  
revista e atualizada

**THOMSON REUTERS**  
**REVISTA DOS**  
**TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILUSA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitas Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Projetos:* Camilla Dantara Ventura

*Estagiários:* Alan H. S. Moreira e Bárbara Baraldi Sabino

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

*Designer Editorial:* Lucas Kfourri

*Estagiárias:* Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

*Capa:* Brenno Stolagli Teixeira

*Adaptação da Capa:* Linotec

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Estagiária de Produção Gráfica:* Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Araújo, Nádía de  
Direito internacional privado : teoria e prática brasileira / Nádía de Araújo.  
-- 9. ed. rev., atual. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia.  
ISBN 978-65-5065-276-0

1. Direito internacional privado 2. Direito internacional privado - Brasil  
I. Título.

20-34154

CDU-341.5

---

**Índices para catálogo sistemático:** 1. Direito internacional privado 341.5  
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

## SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	7
PREFACE .....	9
INTRODUÇÃO À 9ª EDIÇÃO .....	11
INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO À 1ª EDIÇÃO.....	15
<b>I. O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO NO MUNDO.....</b>	<b>23</b>
1. O novo DIPr e os direitos humanos .....	23
1.1. Direitos humanos e direitos fundamentais – a proteção da pessoa humana ...	34
2. O Direito Internacional Privado: os sujeitos e seu conteúdo nuclear .....	39
3. O Método de DIPr.....	44
3.1. O método conflitual tradicional .....	48
3.2. O sistema unilateral – a Revolução Americana .....	53
4. A Codificação Internacional das regras de DIPr .....	57
4.1. A Conferência da Haia de Direito Internacional Privado.....	59
5. A Codificação Regional das regras de DIPr .....	64
5.1. O exemplo da codificação comunitária.....	64
5.2. A codificação nas Américas .....	68
5.2.1. A codificação nas CIDIPs.....	69
5.2.2. A codificação no Mercosul .....	79
<b>II. O DIPR NO BRASIL.....</b>	<b>87</b>
6. A codificação do DIPr no Brasil.....	87
7. Os limites à aplicação da lei estrangeira .....	92
7.1. Ordem pública e regras de caráter imperativo .....	92
7.2. Ordem pública e normas de caráter imperativo no DIPr e os direitos fundamentais .....	98
7.2.1. Breves notas sobre a argumentação jurídica.....	100
7.2.2. A aplicação da nova concepção de ordem pública no DIPr atual ...	106
7.2.3. A aplicação do princípio da ordem pública pelo STF e STJ.....	113
8. Fontes de DIPr e seus conflitos .....	117
8.1. Histórico do ensino do DIPr no Brasil e sua literatura .....	117

8.2.	Fontes do DIPr no Brasil .....	120
8.2.1.	Fontes de origem nacional .....	120
8.2.2.	Fontes de origem internacional .....	120
8.3.	Conflitos de fontes .....	122
8.3.1.	Incorporação dos tratados no direito interno brasileiro .....	124
8.3.2.	Fases da incorporação dos tratados .....	125
8.3.3.	A polêmica entre os dualistas e monistas .....	131
8.3.4.	A classificação dos tratados e a Convenção de Viena .....	135
8.3.5.	A jurisprudência sobre conflito de fontes .....	139
8.3.5.1.	Os primeiros anos de atuação do STF .....	142
8.3.5.2.	O divisor de águas .....	143
8.3.5.3.	Os tratados internacionais tributários .....	149
8.3.6.	O § 3º do art. 5º da CF .....	155
8.3.6.1.	O <i>status</i> diferenciado dos tratados de direitos humanos .....	155
8.3.6.2.	O iter procedimental aplicável .....	158
8.3.6.3.	A sistemática da denúncia dos tratados .....	159
<b>III.</b>	<b>PROCESSO CIVIL INTERNACIONAL NO BRASIL .....</b>	<b>161</b>
9.	Processo Civil Internacional .....	161
10.	Limites à jurisdição nacional no Brasil .....	169
10.1.	Competência concorrente .....	177
10.1.1.	Eleição de foro .....	180
10.1.1.1.	A cláusula de eleição de foro nas convenções internacionais .....	182
10.1.1.2.	A Convenção da Haia sobre os acordos de eleição de foro .....	184
10.1.1.3.	A cláusula de eleição de foro estrangeiro no Brasil .....	186
10.1.1.4.	Eleição de foro no atual CPC .....	189
10.1.1.5.	A cláusula de eleição de foro na jurisprudência do CPC de 1973 e do CPC de 2015 .....	191
10.2.	Competência exclusiva .....	193
11.	Imunidade de jurisdição .....	197
11.1.	Desenvolvimento histórico do conceito de imunidade de jurisdição .....	198
11.2.	Convenções internacionais .....	200
11.3.	No Brasil .....	201
11.3.1.	Regulamentação na legislação brasileira .....	201
11.3.2.	Posição da jurisprudência brasileira .....	204
11.4.	A sujeição do Estado brasileiro à justiça estrangeira .....	210
12.	Aplicação e prova do direito estrangeiro .....	212

13. A caução de estrangeiro ou pessoa jurídica domiciliada no exterior .....	219
14. Cooperação jurídica internacional .....	222
14.1. Modalidades de CJI .....	230
14.2. Auxílio direto .....	232
14.3. Cartas rogatórias .....	238
14.3.1. Requisitos e situação atual das cartas rogatórias passivas .....	240
14.3.2. Convenções internacionais .....	243
14.3.2.1. As iniciativas do Mercosul .....	249
14.3.3. A jurisprudência do STF e do STJ .....	251
14.3.3.1. Medidas de caráter executório .....	253
14.4. Sentenças estrangeiras.....	259
14.4.1. Requisitos da homologação de sentenças estrangeiras .....	270
<b>IV. A FAMÍLIA NO DIPR.....</b>	<b>289</b>
15. Direito de Família no DIPr.....	289
15.1. O casamento e seus efeitos para o DIPr.....	291
15.1.1. Casamento celebrado no Brasil.....	291
15.1.2. Habilitação de nubente divorciado no estrangeiro .....	294
15.1.3. Casamento consular celebrado no Brasil.....	295
15.1.4. Casamentos celebrados no exterior.....	298
15.1.5. Casamento celebrado no exterior perante a autoridade consular brasileira .....	299
15.1.6. Os efeitos pessoais do casamento e as regras de DIPr.....	300
15.1.7. Efeitos patrimoniais do casamento .....	309
15.2. A dissolução do casamento .....	320
16. Sucessão Internacional .....	323
16.1. A sucessão e o DIPr.....	324
16.2. O testamento com efeitos em outro país.....	331
17. Alimentos.....	333
17.1. A legislação brasileira: normas de origem interna e internacional .....	334
17.2. Iniciativas globais e regionais .....	335
17.2.1. A Convenção de Nova York.....	336
17.2.2. A Convenção Interamericana.....	339
17.3. Jurisprudência brasileira sobre alimentos no plano internacional.....	342
17.4. Iniciativa global no tema de alimentos: a convenção da Conferência da Haia e sua entrada em vigor no Brasil.....	345
18. Aspectos civis do Sequestro Internacional de Menores.....	351
18.1. A regulamentação brasileira .....	353
18.2. Convenções internacionais e sua aplicação no Brasil .....	354
18.2.1. A Convenção da Haia sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro de Menores e sua aplicação no Brasil .....	355

18.2.2. Jurisprudência brasileira da Convenção .....	363
18.2.3. Convenção Interamericana sobre Restituição Internacional de Menores .....	367
<b>V. OS NEGÓCIOS NO DIPR .....</b>	<b>369</b>
19. Contratos internacionais.....	369
19.1. A metodologia das regras de conexão .....	379
19.2. O princípio da autonomia da vontade .....	382
19.2.1. O princípio no Brasil .....	384
19.2.2. O CDC, os contratos com os consumidores e a proposta de mudança do art. 9º da LINDB .....	389
19.3. A metodologia do dépeçage.....	397
19.4. O enfrentamento da questão pela jurisprudência.....	399
20. Arbitragem Internacional.....	402
20.1. Histórico no Brasil .....	403
20.2. Validade, reconhecimento e força executiva perante o Judiciário local ....	404
20.3. Arbitragem interna e internacional: admissibilidade .....	405
20.4. A prática arbitral .....	415
<b>VI. NACIONALIDADE.....</b>	<b>427</b>
21. Nacionalidade .....	427
21.1. Conceituação.....	427
21.2. Determinação da nacionalidade brasileira .....	439
22. Condição jurídica do estrangeiro.....	458
22.1. O papel do estrangeiro no Brasil .....	458
22.2. A permanência e saída do estrangeiro no território nacional.....	463
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>469</b>